

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023

BANCO PINE S.A.

AGO e AGE – 17.03.2023

Proposta da Administração

Prezados Srs. Acionistas do Banco Pine S.A.,

Em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM nº 81/22, o Banco Pine S.A. vem, por meio da presente proposta, disponibilizar aos Acionistas as seguintes informações relativas às matérias objeto de discussão na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 17 de março de 2023, às 09:00 horas.

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NIRE 35300525515

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 17 DE MARÇO DE 2023**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

I – Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Resposta: Vide Anexo I

II – Relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo e;

III – Cópia das demonstrações financeiras;

Resposta: Já disponibilizado quando da publicação das Demonstrações Financeiras para a data-base.

IV – Parecer dos auditores independentes;

Resposta: Já disponibilizado quando da publicação das Demonstrações Financeiras para a data-base.

V – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia – Item 2 (Formulário de Referência);

Resposta: Vide Anexo II

VI – Parecer do conselho fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver;

Resposta: Já disponibilizado quando da publicação das Demonstrações Financeiras para a data-base.

VII – Formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP;

Resposta: Já disponibilizado quando da publicação das Demonstrações Financeiras para a data-base.

VIII – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 81/22;

Resposta: Vide Anexo III

IX – Parecer do comitê de auditoria, se houver;

Resposta: Já disponibilizado quando da publicação das Demonstrações Financeiras para a data-base.

X – Proposta de remuneração dos Administradores – Item 8 (Formulário de Referência)

Resposta: Vide Anexo IV

XI – Eleição dos Membros do Conselho de Administração e Fiscal - Itens 7.3 a 7.6 (Formulário de Referência);

Resposta: Vide Anexo V

Índice

Anexo I - Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.....	04
Anexo II - Comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia – Item 2 (Formulário de Referência).....	06
Anexo III - Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 81/22;	29
Anexo IV - Proposta de remuneração dos Administradores – Item 8 (Formulário de Referência)	34
Anexo V - Eleição dos Membros do Conselho de Administração e Fiscal - Itens 7.3 a 7.6 (Formulário de Referência)	52

Anexo I

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 62.144.175/0001-20

NIRE 35300525515

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os senhores acionistas do **BANCO PINE S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, como segue:

DATA:

17 de março de 2023, às 09:00 horas.

LOCAL:

Sede social, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830 - Bloco 4 - 6º andar - Condomínio Edifício São Luiz - Vila Nova Conceição - CEP 04543-900 - São Paulo-SP.

ORDEM DO DIA:

SESSÃO ORDINÁRIA:

1. Deliberar sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2022, aprovados pelo Conselho de Administração em reunião de 06.02.2023;
2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2022, conforme proposta aprovada em reunião do Conselho de Administração de 06.02.2023;
3. Referendar o pagamento aos acionistas de juros a título de remuneração sobre o capital próprio, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 20.01.2023;
4. Deliberar sobre a definição do número de membros a serem eleitos para compor o Conselho de Administração;
5. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração, com fixação de seu mandato; e
6. Deliberar sobre a proposta de fixação do valor global anual de remuneração dos Administradores para o exercício de 2023, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 06.02.2023.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA:

1. Deliberar sobre a proposta de alteração do valor global anual de remuneração dos Administradores, referente ao exercício de 2022, aprovada em reunião do Conselho de Administração de 06.02.2023.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

Noberto Nogueira Pinheiro

Presidente do Conselho de Administração

Informações Gerais: Este Edital de Convocação, as Propostas do Conselho de Administração e demais documentos e informações exigidos pela regulamentação vigente, estão à disposição dos acionistas, na sede do Banco e estão sendo disponibilizados, inclusive, no site www.ri.pine.com – Atas e Comunicados, estando também disponíveis nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e CVM.

Participação nas Assembleias: Os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição financeira escrituradora, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente;

Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância deverá observar as regras previstas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, e no Boletim de Voto a Distância, disponível nos endereços acima indicados.

Adoção do Voto Múltiplo: Nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento).

ANEXO II

Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

2.1 Comentários dos Diretores:

Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

2022

Somos um Banco de negócios ágil, com competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo com nossos clientes. 2022 foi um ano marcado pela diversificação dos negócios do Banco, alocação de capital eficiente e otimizações na estrutura organizacional, resultando em significativas melhorias nos indicadores operacionais e resultados da Companhia.

Na vertical de Empresas, crescemos a carteira de forma sustentável, fechamos o ano com uma carteira expandida de R\$6,5 bilhões, um crescimento de 34% em relação a dezembro de 2021. Este crescimento é explicado pela maior carteira de crédito de Empresas no período e pela efetividade de nossa estratégia e atuação em portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado. Mesmo com o crescimento, seguimos diligentes no crescimento da carteira o que se reflete na alta qualidade dos ratings, 92% entre AA-C, e no patamar baixo de nosso índice de inadimplência, 0,5% em dezembro de 2022.

Outro destaque de Empresas em 2022, foi nossa colocação em 3º lugar no programa FGI-PEAC entre 16 bancos com o mesmo limite.

No terceiro trimestre de 2022, ingressamos na vertical de varejo colateralizado. Nossa atuação neste segmento é baseada em parcerias e acordos de funding com fintechs e instituições financeiras na Gestão de Portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado, em linhas de produtos como antecipação do FGTS, INSS e Consignados. No quarto trimestre de 2022, realizamos investimentos em algumas dessas fintechs parceiras, contribuindo para o crescimento de nossa penetração nessa vertical. Encerramos o ano com uma carteira de R\$1,3 bilhão.

Na mesa de clientes, 2022 foi um ano de notável crescimento de receitas, número de clientes e valor nocional do portfólio de hedge e derivativos com clientes. O valor nocional dessa carteira em dezembro era de R\$7,6 bilhões e atendemos mais de 200 clientes ao longo do ano.

Em Tesouraria e Captação, destacamos os R\$9,5 bilhões de captações em dezembro de 2022, um crescimento de 20% no ano que nos propicia confortavelmente suportar a estratégia de crescimento do banco e de sua carteira de crédito. Em relação ao prazo, mantivemos uma posição confortável, com 70% de nosso funding com vencimento

superior a 1 ano e mantivemos um gap positivo entre ativos e passivos em linha com nossa estratégia. Destacamos também o aumento da representatividade das captações incentivadas ao longo do ano, 11,8% em dezembro de 2022 contra 7,4% no ano anterior, que é refletido na queda do custo de captação.

Como parte da estratégia de diversificação, retomamos a vertical de Mercado de Capitais e Crédito Estruturado ao longo do ano. No ano, atuamos como participantes especiais em 7 emissões de CRAs e 1 emissão de CRI que passaram a integrar nossa carteira de TVMs, com um volume de R\$ 78 milhões.

Também retomamos a vertical de seguridade, com investimento em equipe especializada, em linha com nossa estratégia de diversificação.

Em relação ao desempenho financeiro, encerramos o ano com R\$93,7 milhões de resultado operacional, R\$228 milhões de margem bruta e R\$41 milhões de lucro líquido, atestando a eficácia de nossa estratégia e otimizações em nosso modelo de negócios.

b. estrutura de capital

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo a composição da estrutura de capital da Companhia para o último exercício social:

- Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta de 5,3% de capital próprio e 94,7% de capital de terceiros.

Em relação a estrutura acionária da Companhia:

- Em 31 de dezembro de 2022, 63,48% das ações eram detidas pelo Controlador e 36,52% das ações compunham o *free float*.

Os Diretores acrescentam que o Estatuto Social da Companhia não prevê cláusulas de resgate de ações.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos seus acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condição plena de honrar seus compromissos financeiros. A tabela abaixo evidencia o Lucro Líquido e o caixa livre reportado pela Companhia no exercício social encerrado em 2022.

	31 de dezembro de 2022
Lucro Líquido (R\$ milhões)	40,9

Caixa Livre (R\$ milhões)	1.443
---------------------------	-------

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de captação do Banco Pine são diversificadas, com objetivo de amenizar os descasamentos de prazos e taxas de juros.

A tabela abaixo apresenta a composição da captação em 31 de dezembro de 2022:

CAPTAÇÕES (R\$ Milhões)	Dez22
Depósitos totais	9.172,9
CDB	7.845,2
LCI LCA	1.116,9
DPGE	50,1
Outros ¹	160,6
Mercado de capitais	306,9
Letras Financeiras ²	204,4
Compromissadas	102,5
Repasses	2,5
Captação externa	12,4
Total Recursos Captados	9.494,6

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

O Banco Pine prevê em sua política de gestão do risco de liquidez as medidas a serem tomadas em caso de deficiências de liquidez. Estas ações incluem o incentivo à captação de depósitos a prazo, incremento nas emissões de títulos no mercado externo, reavaliação dos investimentos já aprovados, a diminuição temporária do ritmo de concessão de créditos e acionamento de captação via linha emergencial junto ao FGC.

Para minimizar os impactos de uma crise de liquidez, o Conglomerado PINE tem elaborado um plano de contingência, com uma metodologia que permita a manutenção de um caixa mínimo de forma a garantir o pagamento de obrigações correntes. O Plano de Contingência de Liquidez estabelece um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de contingência de liquidez.

A adoção do plano de contingência prevê uma sequência de fases, para as quais são definidas ações gradativas sempre visando à recomposição das suas disponibilidades conforme segue:

1ª fase – Detecção de uma situação de crise de liquidez; 2ª fase – Identificação das causas de crise de liquidez; 3ª fase – Definição das ações a serem aplicadas.

O Banco adota políticas e práticas que visam minimizar a possibilidade de ocorrências de contingências de liquidez. Na opinião dos diretores do Banco, o nível confortável de reservas de caixa gerencial, aliado à gestão prudencial do fluxo futuro de caixa da instituição, garantem a preservação da situação de liquidez do Banco ao longo do tempo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O Banco tem como uma das principais fontes de financiamentos as captações de recursos via depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos. Abaixo apresenta-se a tabela com abertura total das captações de recursos por tipo e sua respectiva representatividade sobre o total.

R\$ milhares	31/12/2022	% Total
Depósitos	8.055.940	85,8%
Depósitos à vista	108.083	1,2%
Depósitos interfinanceiros	52.507	0,6%
Depósitos a prazo	7.895.350	84,1%
Obrigações por operações Compromissadas	-	-
Debêntures	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.116.932	11,9%
Recursos de letras de crédito imobiliário	298.189	3,2%
Recursos de letras de crédito do agronegócio	818.743	8,7%
Recursos de letras financeiras	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	14.872	0,2%
Empréstimos no exterior	5	-
Repasses do país – instituições oficiais	2.501	0,0%
Repasses do exterior	12.366	0,1%
Outras obrigações	204.419	2,2%
Dívida subordinada	204.419	2,2%
Obrigações por cotas de fundos de investimento	-	-
Total	9.392.163	100,0%

Abaixo, apresenta-se os recursos captados por prazo em 31 de dezembro de 2022.

Composição por Vencimento	31/12/2022		
	Consolidado		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Sem vencimento	108.083	-	-
Até 30 dias	-	112.046	-
De 61 a 90 dias	-	125.101	-
De 91 a 180 dias	-	257.103	52.507
De 181 a 360 dias	-	1.266.422	-
Acima de 360 dias	-	5.980.541	-
Total	108.083	7.895.350	52.507

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O Banco Pine não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A diretoria do Banco Pine informa que na ocorrência das hipóteses de liquidação extrajudicial ou de decretação de falência do Banco, a Lei atribui uma ordem de prioridade de pagamento entre as diversas classes de credores da massa. Especificamente com relação às dívidas que compõem o endividamento do Banco, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: (i) dívidas com garantia real – até o limite do ativo dado em garantia; (ii) dívidas quirografárias; e (iii) dívidas subordinadas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os diretores informam que, ao final de dezembro de 2021, o Banco possuía *covenants* financeiros nos contratos de financiamentos firmados com Proparco – Groupe Agence Française de Développement, protegidos por cláusulas de confidencialidade entre as partes. Estes *covenants* têm o objetivo de acompanhar, trimestralmente, os fundamentos do Banco por meio dos seguintes índices:

- i) Adequação de Capital:
 - Basileia
 - Patrimônio de Referência / RWA
- ii) Risco de Liquidez e Mercado:
 - Gap de Liquidez
 - Exposição Cambial / PR
- iii) Limites de Exposição:
 - Maior exposição de um cliente / Patrimônio de Referência
 - Maiores exposições (20 clientes) / Patrimônio de Referência
 - Concentração de um único setor / Carteira Expandida
- iv) Indicadores de Performance
 - Custo operacional / Receita operacional

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

O Banco Pine está sujeito aos parâmetros exigidos pelas autoridades monetárias, de acordo com os princípios de Basileia. A Administração julga adequado o atual nível do índice de Basileia (11,4%, sendo 9,2% de Nível I e 2,2% de Nível II em 31 de dezembro de 2022).

Além disto, há restrições com relação à concentração de risco de no máximo 25% do Patrimônio de Referência para uma pessoa ou grupo de pessoas agindo isoladamente ou em interesse comum. Ao final de 2022, o limite era de R\$ 214,2 milhões (25% do PR).

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

Demonstrações de Resultado do Exercício:

R\$ Milhares	Consolidado		AH %
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receitas da intermediação financeira	1.454.715	990.789	46,8%
Despesas da intermediação financeira	(1.263.265)	(823.975)	53,3%
Resultado bruto da intermediação financeira	191.450	166.814	14,8%
Receitas (despesas) operacionais	(165.782)	(166.489)	-0,4%
Resultado operacional	25.668	325	7797,8%
Resultado não operacional	68.055	28.587	138,1%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	93.723	28.912	224,2%
Imposto de renda e contribuição social	(28.178)	(8.021)	251,3%
Participações no resultado	(24.645)	(14.949)	64,9%
Lucro líquido do exercício	40.900	5.942	588,3%

Receitas da Intermediação Financeira:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve um aumento de 46,8% nas receitas de intermediação financeira em relação ao exercício de 2020, totalizando R\$1.454,7 milhões, conforme variações descritas nos itens abaixo, sendo a rubrica de Operações de Crédito, a mais significativa.

R\$ Milhares	Consolidado		AH %
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Operações de crédito	752.005	454.613	65,4%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	570.526	447.067	27,6%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	119.355	5.836	1945,2%
Resultado de operações de câmbio	12.829	83.273	-84,6%
Total	1.454.715	990.789	46,8%

Operações de crédito:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve um aumento de 65,4% nas receitas com operações de crédito em relação ao exercício de 2020, totalizando R\$752,0 milhões. Com aumento nas linhas de: (i) Rendas de adiantamentos a depositantes; e (ii) Rendas de empréstimos em c/c e recuperação de prejuízos de operações de crédito.

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve um aumento de 27,6% no resultado de operações com títulos e valores mobiliários, em relação ao exercício de 2020, totalizando R\$570,5 milhões. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos melhores resultados das operações com títulos de renda fixa, no montante de R\$574,9 milhões.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve um aumento significativo de 1945,2% no resultado com instrumentos financeiros derivativos, em relação ao exercício de 2020, com uma despesa de R\$380,2 milhões, referente a operações de swap, contratos a termo e contrato de opções, e uma receita de R\$499,6 milhões, referente a contratos futuros.

Resultado de operações de câmbio:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve uma redução de -84,6% no resultado de operações de câmbio, em relação ao exercício de 2020, com uma despesa de R\$12,8 milhões. Por se tratar de, em grande parte, variação cambial de todas as operações em moeda estrangeira, tanto captações, como empréstimos e patrimônio líquido das subsidiárias no exterior, a desvalorização do Real frente ao cenário internacional impactou diretamente essa rubrica.

Despesas da intermediação financeira:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve um aumento de 46,8% nas receitas de intermediação financeira em relação ao exercício de 2020, totalizando R\$1.454,7 milhões, conforme variações descritas nos itens abaixo, sendo a rubrica de Operações de Crédito, a mais significativa.

R\$ Milhares	Consolidado		AH % 31/12/2022
	31/12/2022	31/12/2021	
Operações de captação no mercado	(1.221.816)	(817.710)	49,4%
Operações de empréstimos e repasses	(7.124)	(13.728)	-48,1%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(34.325)	7.463	-559,9%
Total	(1.263.265)	(823.975)	53,3%

Operações de captação no mercado:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve um aumento de 49,4% nas operações de captação no mercado em relação ao exercício de 2020, totalizando R\$1.221,8 milhões. A variação é explicada, em grande parte, pelo aumento nas despesas de depósitos a prazo e despesas de operações compromissadas.

Operações de empréstimos e repasses:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve uma redução de -48,1% nas operações de empréstimos e repasses em relação ao exercício de 2020, totalizando R\$7,1 milhões. A variação se dá, principalmente, por variação cambial.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve uma redução de -559,9% nas Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em relação ao exercício de 2020, totalizando uma provisão de R\$34,3 milhões.

Resultado não operacional:

R\$ Milhares	Consolidado		AH % 31/12/2022
	31/12/2022	31/12/2021	
Receitas não operacionais	212.562	50.261	322,9%
Despesas não operacionais	(144.507)	(21.674)	566,7%
Total	68.055	28.587	138,1%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve um aumento de 138,1% no resultado não operacional, em relação ao exercício de 2020, com receitas no montante de R\$212,6 milhões e

despesas no montante de R\$144,5 milhões. O resultado não operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso.

Demonstrações de Fluxo de Caixa:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	106.491	(9.943)
Varição de ativos e passivos	(234.218)	83.632
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais	(127.727)	73.689
Atividades de investimento		
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	(1.532)	(166)
Alienação (Aquisição) de intangível	-	(515)
Aquisição de outros investimentos	(3.304)	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento	(4.836)	(681)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	61.254	-
Juros sobre o capital próprio	(11.475)	-
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	81.667	(9.929)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento	131.446	(9.929)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(1.117)	63.079
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	312.602	230.437
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(9.926)	19.086
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	301.559	312.602

Aquisição de outros investimentos:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as aquisições de outros investimentos variam no montante de R\$3,3 milhões. Esse montante refere-se a: (i) O Pine é um dos acionistas Fundadores da Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. (CERTA), sociedade por ações de capital fechado, em conjunto com outros bancos participantes, cujo aporte foi no montante de R\$591 mil, avaliado pelo método de custo. Em 23 de junho de 2022, foi aprovado aumento de capital social da CERTA, dentro do limite de capital autorizado nos termos de seu Estatuto Social, no montante de R\$117 mil; (ii) Em 5 de agosto de 2022, o Banco Pine subscreveu cotas de emissão do FGI, no montante de R\$1 mil no Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI), mensurado pelo custo de aquisição; e (iii) Em 14 de novembro de 2022, o Banco Pine adquiriu 6.668 ações da empresa GPTECH, representando 40% do capital social da Companhia, que tem como principais atividades:

correspondentes de instituições financeiras, consultoria em gestão empresarial e intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral.

Aumento de capital:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve um aumento de capital no montante R\$61,3 milhões. Houve Período de Direito de Preferência, encerrado dia 23 de março de 2022, quando foi subscrito um montante de R\$49.6 milhões, contabilizados em março de 2022 como "Aumento de Capital". Durante o Período de Subscrição de Sobras, encerrado dia 18 de abril de 2022, foram subscritas 7.259.751 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,60 por ação, totalizando um valor de R\$11.6 milhões. Após o encerramento do período de subscrição foram emitidas 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$61,3 milhões.

Juros sobre o Capital Próprio:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve destaque de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$11,5 milhões. De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. A pagamento ocorreu em 08 de fevereiro de 2023, com valor por ação bruto de 0,0615.

2.2 Comentários dos Diretores:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais componentes e fatores que afetaram os resultados operacionais da Companhia estão descritos no item 2.1.h acima.

Adicionalmente, o ingresso na vertical de Varejo Colateralizado e a retomada do maior nível de atividade das verticais Mesa de Clientes e Operações Estruturadas foram destaques no ano de 2022, contribuindo para a diversificação dos negócios e alocação eficiente de capital da Companhia.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação:

As operações do Banco Pine dependem do desempenho da economia brasileira. A demanda por crédito, serviços financeiros e a capacidade de pagamento por parte dos clientes são impactadas diretamente por variáveis macroeconômicas, tais como a atividade econômica, renda, desemprego, inflação, flutuações nas taxas de juros e de câmbio.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

Durante os períodos de queda nas taxas de juros, há uma pressão sobre a receita financeira, pois as taxas de juros sobre os ativos que rendem juros também tendem a diminuir. Ao mesmo tempo, também há uma possibilidade de redução da despesa financeira, pois as taxas de juros sobre as obrigações, nas quais incidem juros, também tendem a cair. Mudanças nos volumes dos ativos e obrigações sobre as quais incidem juros também afetam as receitas e despesas financeiras do Banco.

Além disso, quando o Real se desvaloriza, ocorrem: (i) perdas nos passivos denominados em/ou indexados em moeda estrangeira, tais como títulos denominados em Dólares e empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que o custo em Reais da despesa financeira relativa aumenta; e (ii) ganhos nos ativos denominados ou indexados em moeda estrangeira, tais como os títulos e operações de crédito indexados ao Dólar, quando a receita desses ativos mensurada em Reais aumenta. Opostamente, quando o Real se valoriza, ocorrem: (i) perdas nos ativos denominados e/ou indexados em moeda estrangeira; e (ii) ganhos nos passivos denominados e/ou indexados em moeda estrangeira.

2.3 Comentários dos Diretores:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2:

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Resoluções do CMN que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

Propriedades para Investimento

A Resolução CMN nº 4.967/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. O Banco Pine não identificou impactos.

Investimentos

A Resolução CMN nº 4.817/20, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. O Banco Pine não identificou impactos.

Conversão de Taxas

A Resolução CMN nº 4.924/21, em conjunto com a Resolução BCB nº 120/21, estabelecem a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, de utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Bacen (PTAX) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. O Banco Pine não adotou tal opção.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Banco Pine efetuou as devidas alterações, conforme disposto no normativo.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreram ressalvas ou ênfases no relatório dos auditores independentes que examinaram as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional:

Este item não é aplicável, visto que não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Este item não é aplicável, visto que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais:

Este item não é aplicável, visto que não houve eventos ou operações não usuais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis:

Não houve divulgação de medições não contábeis no último exercício social em nossas demonstrações contábeis em IFRS.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Não aplicável.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não aplicável.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não aplicável.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros:

Nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76 e do artigo 43 do Estatuto Social do Banco, o lucro líquido apurado em cada exercício social, será destinado:

(a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(c) uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações;

(d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (c) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

(e) O saldo do lucro líquido do exercício, verificado após as distribuições acima previstas, será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá manter naquela conta, até o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco. Ainda, o saldo da conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias poderá ser utilizado pelo Banco, mediante autorização do Conselho de Administração, para aquisição de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento; (e.1) Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório nos termos do item (c) acima, e/ou retenção de lucros de acordo com o Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo do lucro líquido para fins de constituição da reserva estatutária será determinado após a dedução integral dessas destinações.

b. regras sobre distribuição de dividendos:

O Banco Pine possui uma Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2023. A referida política se encontra disponível no site de RI do Banco, no endereço www.ri.pine.com

c. periodicidade das distribuições de dividendos:

A distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP) e eventuais complementações são aprovadas em reuniões do Conselho de Administração e referendadas na Assembleia Geral Ordinária.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

Não há restrições especiais para distribuição de dividendos, além daquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco Pine possui uma Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de fevereiro de 2023. A referida política se encontra disponível no site de RI do Banco, no endereço www.ri.pine.com

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Em 31 de dezembro de 2022, não havia estoque de cessão com coobrigação.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

iii. contratos de construção não terminada

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação:

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não aplicável.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as aquisições de outros investimentos variam no montante de R\$3,3 milhões. Esse montante refere-se a: (i) O Pine é um dos acionistas Fundadores da Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. (CERTA), sociedade por ações de capital fechado, em conjunto com outros bancos participantes, cujo aporte foi no montante de R\$591 mil, avaliado pelo método de custo. Em 23 de junho de 2022, foi aprovado aumento de capital social da CERTA, dentro do limite de capital autorizado nos termos de seu Estatuto Social, no montante de R\$117 mil; (ii) Em 5 de agosto de 2022, o Banco Pine subscreveu cotas de emissão do FGI, no montante de R\$1 mil no Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI), mensurado pelo custo de aquisição; e (iii) Em 14 de novembro de 2022, o Banco Pine adquiriu 6.668 ações da empresa GPTECH, representando 40% do capital social da Companhia, que tem como principais atividades: correspondentes de instituições financeiras, consultoria em gestão empresarial e intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

O financiamento dos investimentos do Banco é feito por meio de seu capital próprio.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

Das oportunidades relacionadas a questões ASG observadas pela Companhia, destacam-se: (i) na vertical de Mercado de Capitais e Crédito Estruturado, na participação em ofertas de títulos de dívida com o certificado Green Bond; (ii) na vertical de Empresas e Mesa de Clientes, a possibilidade de conceder crédito/ atender a empresas que tenham suas atividades relacionadas a geração de impactos socioambiental e climático positivos.

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Há diferenças de GAAPs entre as demonstrações financeiras em BRGGAP e em IFRS.

As demonstrações financeiras consolidadas completas em IFRS, estão disponíveis no site de relações com investidores do Banco: ri.pine.com.

As principais diferenças estão em relação aos conceitos abaixo:

a) Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - Impairment

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. O BRGAAP baseia-se na Resolução 2.682/99.

b) Ajuste IFRS 9 – Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Para o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

c) Ajuste IFRS 15 – Contrato de seguros

Refere-se ao acordo comercial entre o Banco Pine e a Seguradora. No exercício de 2021, houve cessão do contrato de direito de exclusividade, sem cláusulas de obrigação de desempenho, portanto o saldo foi revertido contra resultado.

d) Ajuste IFRS 16 - Aluguel

O Banco Pine arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes aos mecanismos de funcionamento de seu negócio. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Para o BRGAAP, os alugueis são reconhecidos como despesa administrativa.

e) Ajuste IFRS - Crédito Tributário

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

f) Ajuste IFRS - MTM Hedge

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", somente a parte do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge qualificado como hedge accounting de fluxo de caixa, que é determinada como hedge eficaz, deve ser reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes. O IFRS 9 também requer que a descontinuidade do hedge accounting de fluxo de caixa e o ganho ou a perda cumulativa resultante do instrumento de hedge que se mantém reconhecido como resultados abrangentes, desde o período em que o hedge estava em vigor, deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até a liquidação do objeto do hedge.

Anexo III

Proposta de Destinação do lucro líquido do exercício

Resolução CVM 81 – Anexo A

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício terminado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 40.899.611,57.

	2022
Lucro Líquido do Exercício de 2022	40.899.611,57
Resultado do 1º semestre de 2022 ⁽¹⁾	(6.292.623,24)
Resultado do 2º semestre de 2022 (a)	34.606.988,33

(1) Saldo utilizado na absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, conforme demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2022, aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de setembro de 2022.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O valor bruto total de juros sobre capital próprio distribuídos é de R\$11.475.392,83, equivalente a R\$0,0615496596 bruto por ação.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Foi distribuído 25% do lucro líquido.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O valor bruto por ação (ordinárias e preferenciais) foi de R\$0,0615496596.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os proventos foram pagos à vista, através da instituição depositária das ações – Itaú Corretora de Valores S.A. – mediante crédito automático para acionistas com ações em ambiente escritural. Para acionistas com ações depositadas na custódia fungível da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, os proventos foram creditados àquela entidade e as Corretoras Depositantes.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

O pagamento de juros sobre capital próprio foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração no dia 20 de janeiro de 2023 e informado aos acionistas, via comunicado ao mercado, nesta mesma data. O pagamento foi realizado no dia 8 de fevereiro de 2023 considerando a posição acionária do dia 30 de janeiro de 2023.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Período	2019	2020	2021	2022
Lucro Líquido (Prejuízo) (Em R\$ milhares)	(118.208)	(63.624)	5.942	40.900
Lucro líquido (Prejuízo) por ação ordinária	(1,5641)	(0,8418)	0,07862	0,41779
Lucro líquido (Prejuízo) por ação preferencial	(1,6287)	(0,8766)	0,08187	0,46191

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$ 1.730.349,42

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Companhia. Ademais, A Companhia poderá

deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Abaixo está o cálculo detalhado da reserva legal de 2022.

	2022
Lucro Líquido do Exercício	40.899.611,57
Destinação do Resultado do 1º semestre de 2022	6.292.623,24
Absorção dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores ⁽¹⁾	(6.292.623,24)
Destinação do Resultado do 2º semestre de 2022 (a)	34.606.988,33
Reserva legal (a*5%)	1.730.349,42

(1) Saldo utilizado na absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, conforme demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2022, aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de setembro de 2022.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado a reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O saldo do lucro líquido do exercício, verificado após as distribuições, será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá manter naquela conta, até o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco. Ainda, o saldo da conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias poderá ser utilizado pelo Banco, mediante autorização do Conselho de Administração, para aquisição de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

b. Identificar o montante destinado à reserva

R\$21.401.246,08 foram destinados a reserva estatutárias em 31 de dezembro de 2022.

c. Descrever como o montante foi calculado

Abaixo está o cálculo detalhado da reserva estatutária de 2022.

	2022
Lucro Líquido do Exercício	40.899.611,57
Resultado do 1º semestre de 2022 (1)	(6.292.623,24)
Destinação do Resultado do 2º semestre de 2022	34.606.988,33
Destinações	1.730.349,42
Reserva legal	11.475.392,83
Juros sobre capital próprio	21.401.246,08
Reservas Estatutárias	21.401.246,08

(1) Saldo utilizado na absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, conforme demonstrações financeiras referentes ao 1º semestre de 2022, aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de setembro de 2022.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

ANEXO IV

Proposta de Remuneração dos Administradores

Propõe-se que a Assembleia Geral aprove, para o ano de 2023, o montante global de R\$ 44.870.091,61 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e setenta mil e noventa e um reais, sessenta e um centavos) como teto de remuneração dos Administradores da Companhia conforme dispõe o Estatuto Social. A proposta refere-se ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023.

Item 8. Remuneração dos administradores

8.1 - Política/prática de remuneração

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária
a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A política de remuneração do Banco Pine visa cumprir a legislação vigente, padrões de governança corporativa e competitividade com o mercado.

Além disso, ela tem objetivo de assegurar a capacidade do Banco de atrair e reter profissionais qualificados, que possam contribuir para o desenvolvimento estratégico do Banco.

A sua elaboração se baseia em 4 (quatro) pilares: cultura, objetivos do negócio, práticas de mercado e gestão de risco.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por aprovar o relatório anual de política de remuneração proposto pelo Comitê de Remuneração.

Conselho de Administração e Comitês de Auditoria e Remuneração:

A política de remuneração do Conselho de Administração e dos Comitês de Auditoria e Remuneração visa atrair e garantir a permanência de profissionais altamente qualificados, que possam contribuir para o desenvolvimento estratégico institucional.

Todos os conselheiros que são membros externos e/ou independentes possuem honorários fixos mensais, definidos de acordo com o número de fóruns que o conselheiro participará.

Os Administradores que fazem parte do Conselho e/ou Comitês obedecem às práticas da diretoria estatutária abaixo.

Diretoria Estatutária:

O pacote de remuneração tem como objetivo atrair, reter e reconhecer profissionais qualificados, que possam contribuir para o desenvolvimento estratégico do Banco.

Os Administradores possuem remuneração fixa e benefícios alinhados às práticas de mercado e são elegíveis à remuneração variável anual e/ou incentivos de longo prazo, atrelados ao desempenho institucional e performance individual aferidos por meio de instrumentos que compõem a política, e, serão detalhados neste documento.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam
- ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos
- iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Comitês está atrelada às boas práticas de mercado e hierarquia, observadas em pesquisas específicas para Conselhos de Administração e Governança, apresentadas pelo Comitê de Remuneração em reuniões específicas.

O Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração a cada 2 anos.

c) Composição da remuneração

- i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:
 - seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor
 - sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais
 - sua metodologia de cálculo e de reajuste
 - principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Remuneração Fixa: são considerados remuneração fixa os salários e honorários pagos mensalmente. Os valores pagos como remuneração fixa seguem padrões de mercado e permitem a atração e retenção de profissionais que agreguem valor aos resultados do Banco.

Remuneração Variável: Para os Diretores é composta por um Acordo Individual, firmado anualmente, e eventualmente pode ser firmado um incentivo de longo prazo, vinculado à performance. Para os demais colaboradores do Banco, é composta por uma parcela de PLR estabelecida pelo acordo do sindicato dos bancários e também por uma parcela de PPLR definida em acordo próprio.

O acordo próprio de PPLR possui instrumentos de aferição que estão atrelados aos seguintes critérios: desempenho institucional; desempenho da unidade, quando aplicável; avaliação de performance individual; e competências do Banco.

Nosso plano de remuneração variável visa alinhar os interesses dos Administradores e acionistas do Banco, bem como desenvolver sua gestão de riscos e governança corporativa, dando mais conforto e transparência para o mercado.

O programa de remuneração variável e de incentivos de longo prazo estão em conformidade com a Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

Parte da remuneração variável anual é paga em ações ou instrumentos baseados em ações, com *vesting* futuro à razão de 1/3 a cada ano. Os incentivos de longo prazo são

instrumentos baseados em ações, com *vestings* futuros parcelados em no mínimo 3 parcelas, a depender de cada instrumento e, tem como principal objetivo atrelar a retenção do executivo conectada ao seu desempenho perante os desafios do negócio.

Os membros externos e independentes do Conselho de Administração e Comitês de Auditoria e Remuneração não possuem Remuneração Variável.

Benefícios

O pacote de benefícios dos administradores inclui: vale refeição; vale alimentação; seguro de vida em grupo; seguro de saúde; seguro patrimonial D&O; assistência odontológica; auxílio creche; estacionamento; notebook; e telefone celular.

Os membros externos e independentes do Conselho de Administração e Comitês de Auditoria e Remuneração possuem somente o benefício seguro de vida.

Todos os nossos benefícios obedecem às políticas de concessão de benefícios vigente e estão alinhados às práticas do mercado financeiro, ao acordo coletivo e à legislação trabalhista.

De acordo com a tabela abaixo as proporções para o ano de 2022 foram:

% em relação a remuneração total paga a título de	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	95,67%	0,0%	4,33%	100,0%
Comitê Auditoria e Remuneração	98,00%	0,0%	2,0%	100,0%
Diretoria Executiva	43,48%	53,71%	2,81%	100,0%

De acordo com a tabela abaixo as proporções para o ano de 2021 foram:

% em relação a remuneração total paga a título de	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	94,4%	0,0%	5,6%	100,0%
Comitê Auditoria e Remuneração	99,8%	0,0%	0,2%	100,0%
Diretoria Executiva	53,2%	43,1%	3,7%	100,0%

De acordo com a tabela abaixo as proporções para o ano de 2020 foram:

% em relação a remuneração total paga a título de	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	95,2%	0,0%	4,8%	100,0%
Comitê Auditoria e Remuneração	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Diretoria Executiva	54,5%	41,1%	4,4%	100,0%

A remuneração dos membros externos e independentes do Conselho de Administração e Comitês de Auditoria e Remuneração é avaliada pontualmente através de pesquisas específicas realizadas com consultorias renomadas.

A remuneração fixa dos Administradores é comparada anualmente com o mercado por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas com o objetivo de

aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de revisão nos componentes de remuneração. No ano de 2020 conforme a resolução do Bacen nº 4820 foi vetado qualquer alteração de incremento na remuneração fixa ou variável dos administradores. Como iniciativa prudencial condizente com os riscos da pandemia, na ocasião, os administradores e conselheiros tiveram redução da remuneração fixa em 20% por prazo indeterminado com a prerrogativa de ser reavaliado conforme determinações do Conselho de Administração. No ano de 2021, com a melhoria do cenário provocado pela pandemia, foi aprovada a recomposição de maneira escalonada da remuneração fixa dos administradores que tiveram redução. Com intuito de corrigir a remuneração fixa, baseando-se nos indicadores de inflação do ano, em 2021 também foi aprovado um incremento de 5% na remuneração fixa dos administradores em calendário escalonado.

ii) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração dos membros externos e independentes do Conselho de Administração e Comitês de Auditoria e Remuneração está atrelada às práticas de mercado observadas em pesquisas para conselheiros.

A política adotada para diretores estatutários visa reter e reconhecer nossos administradores, mantendo uma remuneração competitiva com o mercado, alinhada à gestão de riscos no curto e longo prazo e meritocracia.

iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados no Banco Pine.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

O Banco paga as remunerações dos membros do seu conselho de administração, diretoria estatutária e comitês. Não existem membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria estatutária que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Estimado para 2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	6,00	10,00	-	16,00
Nº de Membros Remunerados	4,00	10,00	-	14,00
Remuneração fixa anual	7.594.800,00	12.112.382,40	-	19.707.182,40
Salário ou Pró-Labore	5.808.000,00	9.008.000,00	-	14.816.000,00
Benefícios Direto e Indireto	480.000,00	1.077.582,40	-	1.557.582,40
Participações em Comitês	-	-	-	-
Outros <i>(*informar Encargos)</i>	1.306.800,00	2.026.800,00	-	3.333.600,00
Descrição de outras remunerações Fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).		
Remuneração variável	-	11.621.575,00	-	11.621.575,00
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	9.487.000,00	-	9.487.000,00
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	2.134.575,00	-	2.134.575,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Este item não é aplicável porque além da Remuneração variável (bônus, participação de resultados e participação em reuniões), o Pine não pratica outras remunerações variáveis, além das já mencionadas.	Em Outros consideramos os Incentivos de Longo prazo que são instrumentos baseados em ações, concedidos pontualmente. Todos possuem vestings futuros parcelados em no mínimo 3 parcelas, a depender de cada instrumento.		
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçao do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções) <i>Informado Valor Diferido (phantom)</i>	-	13.541.334,21	-	13.541.334,21
Observação				
Total da Remuneração	7.594.800,00	37.275.291,61	-	44.870.091,61

Exercício 2022

	Conselho de	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	5,50	8,42	1,25	15,17
Nº de Membros Remunerados	4,00	8,42	1,25	13,67
Remuneração fixa anual	3.918.162,96	13.391.001,05	112.570,62	17.421.734,63
Salário ou Pró-Labore	3.060.000,00	6.783.263,36	91.500,00	9.934.763,36
Benefícios Direto e Indireto	169.662,96	950.611,65	483,12	1.120.757,73
Participações em Comitês	-	-	-	-
Outros <i>(*informar Encargos)</i>	688.500,00	5.657.126,04	20.587,50	6.366.213,54
Descrição de outras remunerações Fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	
Remuneração variável	-	16.689.882,26	-	16.689.882,26
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	4.674.834,41	-	4.674.834,41
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	12.015.047,85	-	12.015.047,85
Descrição de outras remunerações variáveis	Este item não é aplicável porque além da Remuneração variável (bônus, participação de resultados e participação em reuniões), o Pine não pratica outras remunerações variáveis, além das já mencionadas.	Em Outros consideramos os Incentivos de Longo prazo que são instrumentos baseados em ações, concedidos pontualmente. Todos possuem vestings futuros parcelados em no mínimo 3 parcelas, a depender de cada instrumento.		
Pós-emprego	-	2.270.235,28	-	2.270.235,28
Cessação do cargo	-	2.270.235,28	-	2.270.235,28
Baseada em ações (incluindo opções) <i>Informado Valor Diferido (phantom)</i>	-	1.480.000,00	-	1.480.000,00
Observação				
Total da Remuneração	3.918.162,96	33.831.118,58	112.570,62	37.861.852,16

Em 2022 em função da reorganização da diretoria estatutária, reorganização do plano de negócios e do modelo de gestão do Banco, visando a retomada de resultados positivos, otimização dos custos, aumento de eficiência e melhor integração, foram outorgados em caráter de exceção 2 novos planos de retenção aos executivos do Banco. O montante destinado aos 2 programas de retenção soma-se a importância de R\$ 13,2 milhões. O total da remuneração dos Administradores ao término de 31/dez/2022, expurgando os eventos não recorrentes oriundos dos 2 planos de retenção, seria no valor total de R\$ 24,6 milhões.

Exercício 2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	5,00	9,42	-	14,42
Nº de Membros Remunerados	5,00	9,42	-	14,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou Pró-Labore	3.696.000,00	5.834.002,09	-	9.530.002,09
Benefícios Direto e Indireto	271.113,21	565.677,66	-	836.790,87
Participações em Comitês	-	-	-	-
Outros <i>(*informar Encargos)</i>	872.100,00	2.326.885,95	-	3.198.985,95
Descrição de outras remunerações Fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).		
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	3.375.342,63	-	3.375.342,63
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	1.235.454,73	-	1.235.454,73
Descrição de outras remunerações variáveis	Este item não é aplicável porque além da Remuneração variável (bônus, participação de resultados e participação em reuniões), o Pine não pratica outras remunerações variáveis, além das já mencionadas.	Em Outros consideramos os Incentivos de Longo prazo que são instrumentos baseados em ações, concedidos pontualmente. Todos possuem vestings futuros parcelados em no mínimo 3 parcelas, a depender de cada instrumento.		
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	1.172.984,07	-	1.172.984,07
Baseada em ações (incluindo opções) <i>Informado Valor Diferido (phantom)</i>	-	1.995.000,00	-	1.995.000,00
Observação				
Total da Remuneração	4.839.213,21	16.505.347,13	-	21.344.560,34

Exercício 2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	5,00	11,58	-	16,58
Nº de Membros Remunerados	5,00	11,58	-	16,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou Pró-Labore	3.896.000,00	6.396.511,12	-	10.292.511,12
Benefícios Direto e Indireto	239.820,76	697.095,67	-	936.916,43
Participações em Comitês	-	-	-	-
Outros <i>(*informar Encargos)</i>	876.600,00	2.162.564,86	-	3.039.164,86
Descrição de outras remunerações Fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).		
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de Resultados	-	3.427.503,08	-	3.427.503,08
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	Este item não é aplicável porque além da Remuneração variável (bônus, participação de resultados e participação em reuniões), o Pine não pratica outras remunerações variáveis, além das já mencionadas.	Este item não é aplicável porque além da Remuneração variável (bônus, participação de resultados e participação em reuniões), o Pine não pratica outras remunerações variáveis, além das já mencionadas.		
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções) <i>Informado Valor Diferido (phantom)</i>	-	3.025.000,00	-	3.025.000,00
Observação				
Total da Remuneração	5.012.420,76	15.708.674,73	-	20.721.095,49

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

2023 (Prevista)				
(Em R\$, exceto número de membro)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Comitês	Total
Número de Membros	4	10,00		14,00
Número de membros remunerados	4	10,00		14,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		2.981.200		
Valor máximo previsto no plano de remuneração		22.359.000		
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas		14.906.000		
Valor efetivamente reconhecido				

Vale lembrar que devido a resolução do BACEN 3.921, o montante acima mencionado para remuneração variável mínima, máxima e target 50% será reconhecido como ILP a ser pago em 3 anos. Desconsiderando está efeito de diferimento os pagamentos em cash previstos para 2023 são: Máximo de R\$ 11.179.500 | Target de R\$ 7.453.000 | Mínima R\$ 1.490.600.

2022				
(Em R\$, exceto número de membro)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Comitês	Total
Número de Membros	5,50	8,42	3,00	16,92
Número de membros remunerados	4,00	8,42	3,00	15,42
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				
Participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		4.674.834,41		4.674.834,41
Valor máximo previsto no plano de remuneração		-		-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas		-		-
Valor efetivamente reconhecido		4.674.834,41		4.674.834,41

2021				
(Em R\$, exceto número de membro)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Comitês	Total
Número de Membros	5	9,42	2,75	17,17
Número de membros remunerados	5	9,42	2,75	17,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				
Participação no resultado		3.375.342,63		3.375.342,63
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		-
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido		3.375.342,63		3.375.342,63

2020				
(Em R\$, exceto número de membro)	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Comitês	Total
Número de Membros	5	11,58	4,75	21,33
Número de membros remunerados	5	11,58	4,75	21,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido				
Participação no resultado		3.427.503,08		3.427.503,08
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		-
Valor máximo previsto no plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas				
Valor efetivamente reconhecido		3.427.503,08		3.427.503,08

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Remuneração não possuem remuneração variável e pagamento em ações.

Em conformidade à Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional, nosso modelo de remuneração variável total atribuída pela performance dos Administradores é baseada no mínimo em 50% em ações, ou instrumentos baseados em ações, dos quais são diferidas 40% do montante por 3 anos com períodos de liberação anual.

b) data de aprovação e órgão responsável

O atual Plano de remuneração visa alinhar os interesses dos Administradores aos interesses dos acionistas do Banco, bem como desenvolver sua gestão de riscos e governança corporativa, dando mais conforto e transparência para o mercado através da transformação das visões de curto prazo em médio e longo.

c) número máximo de ações abrangidas

O programa não contempla número máximo de ações.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

O Banco não fará pagamentos em opções.

e) condições de aquisição de ações

Os Administradores do Banco receberão suas ações ou instrumentos baseados em ações, como parte do pagamento total de remuneração variável por performance, conforme previamente disposto na política de remuneração atrelada a resolução nº 3.921/10 do CMN.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os instrumentos baseados em ações, dependendo da regra definida no ano do exercício do programa, podem ser precificadas pelo valor médio das ações PINE4 dos últimos 20 (vinte) pregões da bolsa de valores anteriores a data de pagamento conforme oscilação do mercado ou pelo valor da ação patrimonial na data de encerramento do exercício anterior.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício.

O direito de disposição destas ações ou instrumentos baseados em ações, serão diferidos obedecendo a seguinte regra:

- Ao final do primeiro ano do diferimento, o Administrador poderá dispor de apenas 1/3 (um terço) do total de ações diferidas;
- Ao final do segundo ano do diferimento, o Administrador apenas poderá dispor de outros 1/3 (um terço) das ações diferidas;
- Ao final do terceiro e último ano do diferimento, o Administrador poderá dispor dos 1/3 (um terço) restantes das ações diferidas.

h) forma de liquidação

- Caso o instrumento sejam ações PINE4, na concessão a liquidação se dá via custódia;
- Na venda das ações *vested* a liquidação se dá via ambiente de bolsa em corretora definida pelo executivo.

- Caso o instrumento seja *Phantom Stocks* (instrumentos baseados em ações), a liquidação se dá através do pagamento via depósito em folha de pagamento, obedecendo as devidas datas de *vesting*.

i) restrições à transferência das ações

É restrita a transferência das ações PINE4 antes dos períodos de liberação e nos períodos de vedação a negociação, além de consulta à área de Compliance antes da negociação.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

(1) No caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou de qualquer uma de suas unidades de negócios durante o período de diferimento, as parcelas cujo direito de disposição dos Administradores ainda não tiver sido assegurado por não terem decorrido os prazos previstos no item (j) acima poderão ser revertidas pelo Banco de forma proporcional à redução no resultado e em plena consonância ao disposto no §3º do artigo 7º da Resolução n.º 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

(2) Esclarece-se ainda que, em caso de reversão de ações não liberadas decorrentes de redução do lucro, compete ao Comitê de Remuneração e ao Conselho de Administração a decisão final pela aplicabilidade de tais reduções.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

(1) Na hipótese de o contrato de trabalho ser rescindido, sem justa causa, por iniciativa da instituição financeira ou por pedido de desligamento por parte do Administrador, com o objetivo de aposentadoria, o Administrador permanecerá com as ações em seu nome e as condições de liberação contratadas na adesão ao programa (proporcionalidade e prazo) permanecerão inalteradas.

(2) Caso o Administrador solicite demissão com o objetivo de assumir um novo vínculo empregatício com instituições fora do mercado financeiro ou que não sejam parte dos grupos econômicos atendidos pelo Banco Pine na data do seu desligamento, a manutenção da propriedade das ações será julgada pelo Comitê de Remuneração e submetida à apreciação do Conselho de Administração.

(3) Caso o Administrador solicite demissão com o objetivo de se recolocar em outra instituição financeira ou grupo econômico atendido pelo Banco Pine, ou o vínculo seja rescindido por justa causa a qualquer momento, eventuais ações pendentes de liberação serão devolvidas ao Banco Pine.

8.5 - Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados

- d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
- i. em aberto no início do exercício social
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
 - iii. exercidas durante o exercício social
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto"

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis a remuneração baseada em ações.

Parte da remuneração variável da Diretoria Estatutária é paga em instrumentos baseados em ações, com prazo de diferimento até 3 anos, em linha com as regras da Res. CMN nº 3.921/10.

Nos últimos três exercícios sociais (2020, 2021 e 2022), não houve outorga de opções de compra de ações. A última outorga foi realizada em fevereiro de 2017, com prazo para exercício nos anos de 2018, 2019 e 2020. Desde 2019, o Banco paga a remuneração variável com instrumentos baseados em ações nomeados de ações *phantom*, que são baseadas no preço das ações PINE4 ou no Valor da Ação Patrimonial.

8.6 - Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Em virtude do cancelamento do Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão do Banco aprovado em 10 de agosto de 2007, este não chegou a ser implementado, sendo as opções outorgadas, porém nunca exercidas.

O Pine não possui plano de Opção de Compra de Ações de Emissão própria. O atual Plano de Incentivo de longo prazo foi instituído em 2012 conforme Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções

- iv. prazo de restrição à transferência das ações
- v. preço médio ponderado de exercício
- vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Em virtude do cancelamento do Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão do Banco aprovado em 10 de agosto de 2007, este não chegou a ser implementado, sendo as opções outorgadas, porém nunca exercidas.

O Pine não possui plano de Opção de Compra de Ações de Emissão própria. O atual Plano de Incentivo de longo prazo foi instituído em 2012 conforme Resolução nº 3.921/10 do Conselho Monetário Nacional.

8.8 - Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

2022	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Total
Número de Membros	5,5	8,42	13,92
Número de Membros Remunerados	4,0	8,42	12,42
Opções Exercidas	n/a	n/a	n/a
Número de ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a	n/a
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a	n/a
Ações Entregues	n/a	n/a	n/a
Número de ações entregues	n/a	3.099.444	3.099.444
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	1,58	1,58
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas adquiridas	n/a	n/a	n/a

2021	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Total
Número de Membros	5	9,42	14,42
Número de Membros Remunerados	5	9,42	14,42
Opções Exercidas	n/a	n/a	n/a
Número de ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a	n/a
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a	n/a

Ações Entregues	n/a	n/a	n/a
Número de ações entregues	n/a	1.070.129	1.070.129
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	5,30	5,30
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas adquiridas	n/a	n/a	n/a

2020	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Total
Número de Membros	5	11,58	16,58
Número de Membros Remunerados	5	11,58	16,58
Opções Exercidas	n/a	n/a	n/a
Número de ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a	n/a
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a	n/a
Ações Entregues	n/a	n/a	n/a
Número de ações entregues	n/a	523.765	523.765
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	5,68	5,68
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas adquiridas	n/a	n/a	n/a

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis a remuneração baseada em ações.

Parte da remuneração variável da Diretoria Estatutária é paga em instrumentos baseados em ações, com prazo de diferimento até 3 anos, em linha com as regras da Res. CMN nº 3.921/10.

Nos últimos três exercícios sociais (2020, 2021 e 2022), não houve outorga de opções de compra de ações. A última outorga foi realizada em fevereiro de 2017, com prazo para exercício nos anos de 2018, 2019 e 2020. Desde de 2019 o Banco paga a remuneração variável com instrumentos baseados em ações nomeados de ações *phantom*, que são baseadas no preço das ações PINE4 ou no Valor da Ação Patrimonial.

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis a remuneração baseada em ações.

Parte da remuneração variável da Diretoria Estatutária é paga em instrumentos baseados em ações, com prazo de diferimento até 3 anos, em linha com as regras da Res. CMN nº 3.921/10.

Nos últimos três exercícios sociais (2020, 2021 e 2022), não houve outorga de opções de compra de ações. A última outorga foi realizada em fevereiro de 2017, com prazo para exercício nos anos de 2018, 2019 e 2020. Desde de 2019 o Banco paga a remuneração variável com instrumentos baseados em ações nomeados de ações *phantom*, que são baseadas no preço das ações PINE4 ou no Valor da Ação Patrimonial.

8.11 - Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis a remuneração baseada em ações.

Parte da remuneração variável da Diretoria Estatutária é paga em instrumentos baseados em ações, com prazo de diferimento até 3 anos, em linha com as regras da Res. CMN nº 3.921/10.

Nos últimos três exercícios sociais (2020, 2021 e 2022), não houve outorga de opções de compra de ações. A última outorga foi realizada em fevereiro de 2017, com prazo para exercício nos anos de 2018, 2019 e 2020. Desde de 2019 o Banco paga a remuneração variável com instrumentos baseados em ações nomeados de ações *phantom*, que são baseadas no preço das ações PINE4 ou no Valor da Ação Patrimonial.

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a) modelo de precificação

Os instrumentos baseados em ações, dependendo da regra definida no ano do exercício do programa, podem ser precificadas pelo valor médio das ações PINE4 dos últimos 20 (vinte) pregões da bolsa de valores anteriores a data de pagamento conforme oscilação do mercado ou pelo valor da ação patrimonial na data de encerramento do exercício anterior.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O preço de outorga das ações é definido pela média dos últimos 20 (vinte) pregões da bolsa de valores anteriores a data de pagamento conforme oscilação do mercado ou pelo valor da ação patrimonial na data de encerramento do exercício anterior conforme ao programa que se refere.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável

8.13 - Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos

ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Comitê de Auditoria da Companhia, na data de encerramento do último exercício social, detinham os seguintes valores mobiliários:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Ações		Total
		ON	PN	
Conselho de Administração ⁽¹⁾	Banco Pine	97.895.475	20.637.550	118.533.025
Diretoria	Banco Pine	-	2.598.759	2.598.759
Comitê de Auditoria	Banco Pine	-	2.025.976	2.025.976

1. O Controlador do Banco Pine faz parte do Conselho de Administração e, ao final de dezembro de 2022, possuía 97.895.475 ações ON e 20.465.946 ações PN.

Nenhum membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Comitê de Auditoria da Companhia, na data de encerramento do último exercício social, detinha outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, Sociedades Controladas ou sob controle comum.

8.14 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não foram conferidos planos de previdência aos diretores estatutários, membros do Conselho de Administração, ou do Conselho Fiscal.

8.15 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12 /2022	31/12 /2021	31/12 /2020	31/12 /2022	31/12 /2021	31/12 /2020	31/12 /2022	31/12 /2021	31/12 /2020
N.º Membr os	8,42	9,42	11,58	5,50	5,00	5,00	1,25	0,00	0,00
N.º Membr os Remun erados	8,42	9,42	11,58	4,00	5,00	5,00	1,25	0,00	0,00
Valor da Maior Remun eração	1.292.000,00	912.000,00	988.000,00	2.196.000,00	1.920.000,00	2.080.000,00	30.500,00	0,00	0,00
Valor da Menor Remun eração	164.700,00	70.096,32	426.975,60	240.000,00	240.000,00	260.000,00	30.500,00	0,00	0,00
Valor médio da Remun eração	521.789,49	562.166,84	581.501,00	765.000,00	739.200,00	779.200,00	30.500,00	0,00	0,00

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

O Banco não possui outros mecanismos de remuneração ou indenização.

Em caso de destituição do cargo por iniciativa da empresa, o Banco Pine pode, por meio de deliberação do Conselho de Administração e Comitê de Remuneração, instituir um acordo extrajudicial que contemple um pagamento de um múltiplo salarial na saída do executivo. Além disso, por de liberalidade, pode conceder a extensão de alguns benefícios por determinado período como por exemplo: assistência médica. Nestes casos, o calendário de liberação de ações concedidas será mantido. Em contrapartida o ex-Administrador tem o dever de manter absoluta confidencialidade de informações e conhecimentos pretéritos dos projetos ao qual esteve envolvido, além de preservar a reputação e zelo por informações confidenciais das quais teve acesso enquanto trabalhou no Banco Pine.

8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2022	2021	2020
Diretoria Estatutária		6,77%	8,40%
Conselho de Administração		34,52%	34,50%

Obs. São considerados os membros da Diretoria Estatutária que também compõe o Conselho de Administração, evitando assim duplicidade de valores. O Conselho Fiscal não foi instalado no período.

8.18 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não existem valores reconhecidos no resultado do Banco como remuneração de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados. O Conselho Fiscal não foi instalado nesses períodos.

Os membros de nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria Estatutária recebem remuneração exclusivamente em decorrência destas funções, independentemente de sua participação em certos comitês do Banco.

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não existem valores desta natureza reconhecidos nos últimos 3 anos.

8.20 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

Anexo V

Eleição de Conselheiros

7.3 – Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participações reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Igor Esteves Pinheiro	13/05/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2023	AGO 2025	3
220.176.578-24	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	A ser informada após a homologação pelo Bacen	Sim	100%
Mailson Ferreira da Nobrega	14/05/1942	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2023	AGO 2025	8
043.025.837-20	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	A ser informada após a homologação pelo Bacen	Sim	100%
Sérgio Machado Zica de Castro	17/10/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2023	AGO 2025	2

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
477.334.546-20	Engenheiro Metalúrgico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	A ser informada após a homologação pelo Bacen	Sim	100%
Membro do Comitê de Auditoria					
Noberto Nogueira Pinheiro	13/06/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	17/03/2023	AGO 2025	7
026.336.983-87	Banqueiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	A ser informada após a homologação pelo Bacen	Sim	100%
Membro de comitês.					
Noberto Nogueira Pinheiro Junior	21/03/1977	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	08/02/2022	AGO 2025	0
308.529.408-23	Administrador de Empresa	39 - Outros Conselheiros / Diretores	A ser informada após a homologação pelo Bacen	Sim	100%
Diretor Executivo e de Relações com Investidores					
Rodrigo Esteves Pinheiro	22/08/1980	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	17/03/2023	AGO 2025	3
221.853.258-17	Administrador de Empresas	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	A ser informada após a homologação pelo Bacen	Sim	100%
Membro de comitês.					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Igor Esteves Pinheiro - 220.176.578-24

Graduado em Administração de Empresas pela American Intercontinental University, Londres, UK. Participou de diversas instituições, nas áreas de Finanças e Seguros. Atuou no Pine como Diretor na área de Corporate Banking até fevereiro de 2016, quando renunciou para assumir o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco.

Nos últimos 5 anos o conselheiro não exerceu atividade em sociedades que integram o grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Mailson Ferreira da Nobrega - 043.025.837-20

O Sr. Mailson foi eleito conselheiro do Banco Pine S.A., pela primeira vez, em 28 de março de 2007.

Nos último 5 anos, até a presente data, atua como Sócio da empresa Tendências Consultoria Integrada Ltda, empresa de consultoria econômica e política sediada em São Paulo.

Nos últimos 5 anos o diretor não exerceu atividade em sociedades que integram o grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Sérgio Machado Zica de Castro - 477.334.546-20

É graduado em Engenharia Metalúrgica e Ciências Econômicas, com mestrado no "Colorado School - EUA" e com vasta experiência em posição de liderança no mercado, é atualmente, sócio diretor de empresas e gestor de investimentos. Participa no Comitê de Auditoria do Pine desde 2013. Nos últimos 5 anos o diretor não exerceu atividade em sociedades que integram o grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Noberto Nogueira Pinheiro - 026.336.983-87

Sr. Noberto foi fundador do Banco Pine S/A em 1997 e eleito presidente do Conselho de Administração em janeiro de 2007, sendo Acionista Majoritário e Presidente do Conselho de Administração de 2007 até a presente data.

Nos últimos 5 anos o diretor não exerceu atividade em sociedades que integram o grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Noberto Nogueira Pinheiro Junior - 308.529.408-23

Iniciou a sua carreira como Analista de Fusões e Aquisições e de Crédito no West Merchant Bank e Pine Bank em Londres e Miami. Trabalhou no Banco Pactual S.A. e GreenLake Capital LLC em Nova York. Atuou no Banco Pine S.A. em posições de liderança, como Chefe de Operações e Administrativo, Finanças, Presidente Executivo e no Conselho de Administração como Vice-Presidente e Presidente. Presidente, Membro do Conselho de Administração e Investidor de empresas em diversos setores, como Moinho Paulista S.A, Spray Media S.A. e da maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil vendida ao Grupo SBF, a NWB Network Brasil S.A. É Membro do Conselho Consultivo do R20 Regions of Climate Action no Brasil, acelerando a implementação de projetos de infraestrutura verde.

Rodrigo Esteves Pinheiro - 221.853.258-17

Graduado em Administração de Empresas pela American Intercontinental University, Londres, UK. Participou de diversas instituições, nas áreas de Finanças, Comércio Exterior e Administração de Fundos. Atuou no Pine como Diretor Executivo na área de Corporate Banking até fevereiro de 2016, quando renunciou para assumir o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco.

Nos últimos 5 anos o conselheiro não exerceu atividade em sociedades que integram o grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Igor Esteves Pinheiro - 220.176.578-24	N/A
Mailson Ferreira da Nobrega - 043.025.837-20	N/A
Sérgio Machado Zica de Castro - 477.334.546-20	N/A
Noberto Nogueira Pinheiro - 026.336.983-87	N/A
Noberto Nogueira Pinheiro Junior - 308.529.408-23	N/A
Rodrigo Esteves Pinheiro - 221.853.258-17	N/A

7.4 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Sérgio Machado Zica de Castro	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	17/10/1961	01/02/2022	Até a primeira reunião do C.A. após AGO 2023
477.334.546-20		Engenheiro Metalúrgico		20/12/2021	0	0%
membro independente do CA						
Walkyria Aparecida Augusto	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	09/08/1967	20/08/2021	Até primeira reunião do C.A. após AGO 2023
093.463.678-81		Administradora		28/06/2021	0	100%
O Participante não exerce outra função no emissor.						
William Pereira Pinto	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Presidente do Comitê	19/03/1959	24/06/2021	Até primeira reunião do C.A. após AGO 2023
006.521.618-04		Auditor / Consultor		17/03/2023	0	100%
O Participante não exerce outra função no emissor.						
Roberto Nogueira Pinheiro	Comitê de Risco		Presidente do Comitê	13/06/1951	28/04/2020	Indeterminado
026.336.983-87		Banqueiro		28/04/2020	0	100%
Presidente do Conselho de Administração						
Rodrigo Esteves Pinheiro	Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	22/08/1980	01/07/2016	Indeterminado
221.853.258-17		Administrador de Empresas		01/07/2016	0	100%
Vice Presidente do C.A. e Diretor Executivo de Ativos Imobiliários						
José Jeandson Lopes	Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	20/02/1976	30/12/2022	indeterminado
580.601.623-49		Engenheiro		30/12/2022	0	0%
Gerente de Risco de Mercado						
Roberto Nogueira Pinheiro Junior	Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/1977	12/07/2022	Indeterminado



308.529.408-23

Administrador de Empresa

12/07/2022

0

100%

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Membro do Conselho de Administração e Diretor Executivo						
Guilherme Vieira Neves 181.376.198-10	Comitê de Risco	Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	27/05/1974 08/08/2022	08/08/2022 0	Indeterminado 100%
Noberto Nogueira Pinheiro Junior 308.529.408-23	Comitê de Remuneração	Administrador de Empresa	Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/1977 22/06/2022	22/06/2022 0	01/08/2027 100%
Membro do Conselho de Administração e Diretor Executivo						
Antonio Sergio Botelho Junior 153.262.998-28	Comitê de Remuneração	Administrador de Empresa		04/04/1974 19/08/2022	19/08/2022 0	01/08/2027 100%
Rodrigo Esteves Pinheiro 221.853.258-17	Comitê de Remuneração	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	22/08/1980 31/07/2017	31/07/2017 1	01/08/2027 100%
Vice Presidente do C.A. e Diretor Executivo de Ativos Imobiliários						
Noberto Nogueira Pinheiro 026.336.983-87	Comitê de Remuneração	Banqueiro	Presidente do Comitê	13/06/1951 28/04/2020	28/04/2020 1	01/08/2027 100%
Presidente do Conselho de Administração						
Noberto Nogueira Pinheiro Junior 308.529.408-23	Outros Comitês Comitê Executivo	Administrador de Empresa	Membro do Comitê (Efetivo)	21/03/1977 08/02/2022	15/03/2022 0	100%
Rodrigo Esteves Pinheiro 221.853.258-17	Outros Comitês Comitê Executivo	Administrador de Empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	22/08/1980 17/03/2023	07/06/2021 0	AGO 2025 100%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Sérgio Machado Zica de Castro - 477.334.546-20

É graduado em Engenharia Metalúrgica e Ciências Econômicas, com mestrado no "Colorado School - EUA" e com vasta experiência em posição de liderança no mercado, é atualmente, sócio diretor de empresas e gestor de investimentos. Participa no Comitê de Auditoria do Pine desde 2013. Nos últimos 5 anos o diretor não exerceu atividade em sociedades que integram o grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Walkyria Aparecida Augusto - 093.463.678-81

33 anos de experiência no mercado financeiro nas áreas de Auditoria Externa, Auditoria interna, Compliance, Controles Internos, Risco Operacional e Prevenção e Combate a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo nas empresas PWC, BankBoston (Brasil e EUA), Itaú, Cetip e Banco Original.

Certificações CIA, CCSA, CRMA pelo IIA - Institute of Internal Auditors

William Pereira Pinto - 006.521.618-04

Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade São Judas Tadeu (1985) e MBA - Controller pela FIPECAFI-USP, com módulo na St. John's University de Nova Iorque – EUA (2002). Participou de diversos cursos de formação pro-fissional envolvendo conhecimento nas áreas contábil, tributária, societária, governança corporativa e administração de recursos humanos. Atualmente, está cursando Pós-Graduação em Gestão de Pessoas – Carreira, Liderança e Coaching pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O Sr. WILLIAM PEREIRA PINTO possui vasta experiência profissional em auditoria, atuando por mais de 25 (vinte cinco) anos em empresas de auditoria externas como integrante do Comitê Técnico Contábil e de Auditoria, sendo responsável, dentre outras, pela emissão de Memorandos Técnicos Internos e Guias de Orientação para Clientes, administração de projetos de auditoria externa para fins de emissão de parecer de auditoria sobre demonstrações financeiras para empresas de diversos segmentos. Exerceu o cargo de Superintendente de Políticas Contábeis e Demonstrações Financeiras do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., onde foi responsável pela elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro contendo mais de 30 (trinta) empresas. Foi sócio proprietário da WPPC Consultoria Empresarial Ltda. com atuação em governança corporativa e participação em Comitê de Riscos e Auditoria em empresas de diversos segmentos. Além das atividades descritas acima, atuou como professor de cursos de graduação em Ciências Contábeis na Universidade São Judas Tadeu – USTJ (SP) e na União de Negócios e Administração – UNA (BH), e como professor convidado no curso de pós-graduação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

Noberto Nogueira Pinheiro - 026.336.983-87

Noberto Nogueira Pinheiro - 026.336.983-87

Sr. Noberto foi fundador do Banco Pine S/A em 1997 e eleito presidente do Conselho de Administração em janeiro de 2007, sendo Acionista Majoritário e Presidente do Conselho de Administração de 2007 até a presente data.

Nos últimos 5 anos o diretor não exerceu atividade em sociedades que integram o grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Rodrigo Esteves Pinheiro - 221.853.258-17

Graduado em Administração de Empresas pela American Intercontinental University, Londres, UK. Participou de diversas instituições, nas áreas de Finanças, Comércio Exterior e Administração de Fundos. Atuou no Pine como Diretor Executivo na área de Corporate Banking até fevereiro de 2016, quando renunciou para assumir o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco.

Nos últimos 5 anos o conselheiro não exerceu atividade em sociedades que integram o grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

José Jeandson Lopes - 580.601.623-49

Graduado em Engenharia Civil no Instituto Militar de Engenharia e MBA em Pricing e Riscos pela BM&F/USP, possui mais de 15 anos de experiência na área, atuando em grandes empresas como Natura e Co Pay, Banco BV e Banco Itaú.

Noberto Nogueira Pinheiro Junior - 308.529.408-23

Iniciou a sua carreira como Analista de Fusões e Aquisições e de Crédito no West Merchant Bank e Pine Bank em Londres e Miami. Trabalhou no Banco Pactual S.A. e GreenLake Capital LLC em Nova York. Atuou no Banco Pine S.A. em posições de liderança, como Chefe de Operações e Administrativo, Finanças, Presidente Executivo e no Conselho de Administração como Vice-Presidente e Presidente. Presidente, Membro do Conselho de Administração e Investidor de empresas em diversos setores, como Moinho Paulista S.A, Spray Media S.A. e da maior plataforma de mídia digital esportiva do Brasil vendida ao Grupo SBF, a NWB Network Brasil S.A. É Membro do Conselho Consultivo do R20 Regions of Climate Action no Brasil, acelerando a implementação de projetos de infraestrutura verde.

Guilherme Vieira Neves - 181.376.198-10

Com mais de 25 anos de experiência no mercado Financeiro, Guilherme foi executivo de grandes instituições como Bancos Safra e JSafra, Safra Asset Management, Itaú Unibanco e Banco BMG. Graduado em Física e Economia pela Universidade de São Paulo, possui MBA em Finanças e Economia pela FEA-USP.

Antonio Sergio Botelho Junior - 153.262.998-28

Formado pela PUC/SP em Administração de Empresas e especializado em Leadership Development Education pela University of Chicago Booth, possui vasta experiência em empresas nacionais e internacionais no segmento de negócios, finanças, gestão de pessoas e Recursos Humanos, especialmente em interface com Conselhos de Administração, processos de transformação cultural, estratégia de remuneração executiva e em desenvolvimento organizacional. Além disso, é membro do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, atuando no Comitê de Pessoas.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Sérgio Machado Zica de Castro - 477.334.546-20

N/A

Walkyria Aparecida Augusto - 093.463.678-81

William Pereira Pinto - 006.521.618-04

Roberto Nogueira Pinheiro - 026.336.983-87

Rodrigo Esteves Pinheiro - 221.853.258-17

José Jeandson Lopes - 580.601.623-49

Roberto Nogueira Pinheiro Junior - 308.529.408-23

Guilherme Vieira Neves - 181.376.198-10

Antonio Sergio Botelho Junior - 153.262.998-28

7.5 - Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco

Nome	CPF	7.5 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
Igor Esteves Pinheiro Membro do Conselho de Administração	220.176.578-24	Banco Pine S.A.	62.144.175/0001-20	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Noberto Nogueira Pinheiro Presidente do Conselho de Administração	026.336.983-87	Banco Pine S.A.	62.144.175/0001-20	
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Noberto Nogueira Pinheiro Junior Membro do Conselho de Administração	308.529.408-23	Banco Pine S.A.	62.144.175/0001-20	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Noberto Nogueira Pinheiro Presidente do Conselho de Administração	026.336.983-87	Banco Pine S.A.	62.144.175/0001-20	
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Rodrigo Esteves Pinheiro Vice-Presidente do Conselho de Administração.	221.853.258-17	Banco Pine S.A.	62.144.175/0001-20	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada				
Noberto Nogueira Pinheiro Presidente do Conselho	026.336.983-87	Banco Pine S.A.	62.144.175/0001-20	
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Noberto Nogueira Pinheiro Junior Membro do Conselho de Administração	308.529.408-23	Banco Pine S.A.	62.144.175/0001-20	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

Nome	CPF	12.11 - Acordos /Seguros de administradores	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Pessoa relacionada

Igor Esteves Pinheiro 220.176.578-24 Banco Pine S.A. 62.144.175/0001-20
Membro do Conselho de Administração

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Noberto Nogueira Pinheiro Junior 308.529.408-23 Banco Pine S.A. 62.144.175/0001-20 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Adminsitração

Pessoa relacionada

Rodrigo Esteves Pinheiro 221.853.258-17 Banco Pine S.A. 62.144.175/0001-20
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Observação

Administrador do emissor ou controlada

Rodrigo Esteves Pinheiro 221.853.258-17 Banco Pine S.A. 62.144.175/0001-20 Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Pessoa relacionada

Igor Esteves Pinheiro 220.176.578-24 Banco Pine S.A. 62.144.175/0001-20
Membro do Conselho de Administração.

Observação

7.6 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

P3 DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA

24.769.056/0001-73

sócio

Observação

Administrador do Emissor

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

92.236.777/0001-78

Sócio

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Pine Assessoria e Consultoria Ltda

14.802.384/0001-70

Sócio

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
----------------------	-----------------	--	-----------------------------------

Cargo/Função

Noberto Nogueira Pinheiro Presidente do Conselho de Administração	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
--	----------------	----------	---------------------

Pessoa Relacionada

Pine Planejamento e Serviços Ltda Sócio	16.417.799/0001-56		
--	--------------------	--	--

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro Presidente do Conselho de Administração	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
--	----------------	----------	---------------------

Pessoa Relacionada

Pine Corretora de Seguros Ltda sócio	27.107.955/0001-07		
---	--------------------	--	--

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro Presidente do Conselho de Administração	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
--	----------------	----------	---------------------

Pessoa Relacionada

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/Função

Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda
Sócio

30.040.154/0001-78

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro
Presidente do Conselho de Administração

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Pine Ativos Imobiliarios Ltda
Sócio

32.196.276/0001-83

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro
Presidente do Conselho de Administração

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Pine Realty XXVIII Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Sócio

27.969.560/0001-05

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor

Roberto Nogueira Pinheiro
Presidente do Conselho de Administração

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda
sócio

24.769.056/0001-73

Observação

Administrador do Emissor

Roberto Nogueira Pinheiro
Presidente do Conselho de Administração

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
Sócio

92.236.777/0001-78

Observação

Administrador do Emissor

Roberto Nogueira Pinheiro
Presidente do Conselho de Administração

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Pine Assessoria e Consultoria Ltda
Sócio

14.802.384/0001-70

Observação

Administrador do Emissor

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função Noberto Nogueira Pinheiro Presidente do Conselho de Administração	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Pine Planejamento e Serviços Ltda Sócio	16.417.799/0001-56		
Observação			

Administrador do Emissor Noberto Nogueira Pinheiro Presidente do Conselho de Administração	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada Pine Corretora de Seguros Ltda sócio	27.107.955/0001-07		
Observação			

Administrador do Emissor Noberto Nogueira Pinheiro Presidente do Conselho de Administração	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/Função

Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda

30.040.154/0001-78

Sócio

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Pine Ativos Imobiliarios Ltda

32.196.276/0001-83

Sócio

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Pine Realty XXVIII Empreendimentos Imobiliários Ltda.

27.969.560/0001-05

Sócio

Observação

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

92.236.777/0001-78

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Cargo/Função

Sócio

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro
Presidente do Conselho de Administração

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Pine Assessoria e Consultoria Ltda
Sócio

14.802.384/0001-70

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro
Presidente do Conselho de Administração

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Pine Planejamento e Serviços Ltda
Sócio

16.417.799/0001-56

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro
Presidente do Conselho de Administração

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Pessoa Relacionada

Pine Corretora de Seguros Ltda
Sócio

27.107.955/0001-07

Observação

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda

24.769.056/0001-73

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda

30.040.154/0001-78

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Pine Ativos Imobiliarios Ltda

32.196.276/0001-83

Observação

Administrador do Emissor

Noberto Nogueira Pinheiro

026.336.983-87

Controle

Controlada Indireta

Presidente do Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Pessoa Relacionada

Pine Realty XXVIII Empreendimentos Imobiliários Ltda.

27.969.560/0001-05

Observação
